

# PROCESSOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA - PROVA BRASIL

Alenis Cleusa de Andrade/Unisinus

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Eixo temático: Propostas Investigativas sobre Indicadores de Qualidade da Educação

Conviver com uma sistemática de avaliações em larga escala já é um fato comum no cotidiano escolar, constituindo-se como um processo avaliativo abrangente. A aplicação da prova acontece em meio a toda diversidade do território brasileiro, onde possivelmente muitas questões surgem durante o processo de sua aplicação. O objetivo deste estudo é descrever como ocorre o processo de aplicação da Prova Brasil nas instituições de ensino brasileiro a partir da investigação em quatro escolas da rede municipal de educação básica, situadas no município de São Leopoldo. A metodologia de pesquisa consistiu em coletar dados em Escolas da Rede Municipal de Ensino, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul por meio de entrevistas semi estruturadas destinadas aos agentes envolvidos em cada âmbito. Foram realizadas consultas a legislação e documentos oficiais. Análise do processo de aplicação da Prova Brasil demonstrou a complexidade envolvida em sua execução onde vários atores passam a intervir no cotidiano escolar seguindo diferentes temporalidades. Temporalidades que provocaram uma articulação na gestão escolar à bem se prepararem para receber a aplicação da Prova Brasil. A avaliação em larga escala orientada a resolver os problemas das redes de ensino baseia-se em pressupostos de avaliar para movimentar os sistemas de gestão educacional em busca melhores condições de oferta de ensino. Neste contexto a escola é ou deverá ter processos eficientes capazes de trabalhar, questionar e assimilar esta sistemática produção de informações, assumindo características cada vez mais operacionais e gerenciais “levando” à superação de problemas. É relevante discutir sobre como ocorre o processo de aplicação da Prova Brasil, pois a avaliação em larga escala pode assumir novas formas de acordo com o contexto social dos sistemas de ensino.

**Palavras-chave:** Avaliação em Larga Escala. Prova Brasil. Gestão dos Sistemas de Ensino.

Este texto aborda a discussão realizada em dissertação de mestrado intitulada “Avaliação em larga escala na Educação Básica, Prova Brasil, em perspectiva da gestão democrática: um estudo a partir da Associação de Municípios do Vale do Rio dos Sinos e município de São Leopoldo - RS” que considera entre outros aspectos como ocorre o processo de aplicação da Prova Brasil e seus impactos no cotidiano das escolas. Esta pesquisa vincula-se ao Projeto de Pesquisa Gestão Democrática e Qualidade da Educação Básica do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e insere-se no contexto do Edital Observatório de Educação INEP/CAPES.

A aplicação de testes realizados por outros organismos externos à escola, já não é mais uma novidade para o cotidiano das instituições de ensino brasileiras. No ano de 2011 está prevista a quarta edição da Prova Brasil, sua primeira edição ocorreu em 2005. A aplicação da Prova Brasil, ocorre em meio a toda diversidade do território brasileiro, onde possivelmente

muitas questões surgem durante o processo de sua aplicação, onde diversos atores desconhecidos no âmbito escolar passam a intervir em seu cotidiano e na dinâmica das atividades pedagógicas, administrativas, de relacionamento com a comunidade, de avaliação no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto nem todas as informações de como é organizada a aplicação da Prova Brasil estão disponíveis a educadores, equipe diretiva de escolas ou até mesmo Secretarias Municipais de Educação de forma acessível, o que por consequência não contribui para a compreensão de todos os aspectos nela envolvidos. De acordo com dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, de 2009<sup>1</sup>, aproximadamente 43.400 escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de 5.404 municípios, participaram da avaliação, e 31.781 escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental, de 5.450 municípios, foram avaliadas nas 27 unidades da federação pela Prova Brasil em 2009. A abrangência da Prova Brasil deve-se pelo fato de constituir-se como base estrutural para a composição do IDEB, o qual articula dados de desempenho escolar – Prova Brasil – aos de fluxo escolar – Censo Escolar.

Pela expressividade dos números aqui indicados, quase todos os municípios brasileiros tiveram algum estabelecimento de ensino incluído na avaliação da Prova Brasil 2009. Esses municípios seguramente são muito diferentes entre si, desde os das capitais até aqueles do interior com poucos habitantes e predominantemente caracterizados como “rurais” (VEIGA,2003). Uma avaliação em larga escala com características tão peculiares como a Prova Brasil implica um grau de complexidade enquanto processo de desenvolvimento e de aplicação. Vários atores desconhecidos no âmbito escolar passam a intervir em seu cotidiano e na dinâmica das atividades pedagógicas, administrativas, de relacionamento com a comunidade, de avaliação no processo de ensino-aprendizagem. São os aplicadores dos testes e, indiretamente, aqueles que os contratam, treinam e dão suporte, quais sejam, a empresa consorciada, o coordenador de logística, os multiplicadores e o coordenador de treinamento, entre outros.

A temporalidade das ações segue ritmos diversos. A cada dois anos, o Ministério da Educação anuncia, no primeiro trimestre do ano, que ocorrerá uma nova edição da Prova Brasil. Próximo ao último trimestre é que fica definida a data. Neste intervalo de tempo, as escolas são informadas, via mídia, sobre um cronograma não definitivo nem claramente estabelecido a respeito da aplicação da Prova Brasil. Equipes diretivas e educadores aguardam o contato do aplicador da prova para saber como proceder; esse contato pode ocorrer com antecedência de apenas duas ou até uma semana.

A aplicação da Prova, anunciada no início do ano corrente, é prevista para os meses de outubro ou novembro, com variações dentro do próprio período. No ano de 2011 a aplicação tem previsão para segunda ou terceira semana de novembro, conforme Portaria Inep nº 149, de 16 de junho de 2011, portanto ocorrerá entre 7 e 18 de novembro. Logo o agendamento oficial para a aplicação da prova em cada escola, habitualmente é efetuado pelo aplicador com pouca antecedência, sendo diversas vezes é alterado, devido à agenda do aplicador, que necessita atender inúmeras escolas no período de uma semana.

Escolas, na tentativa de se organizarem para o recebimento do aplicador e para bem articularem as ações cotidianas e, sem demais contratempos, prepararem o ambiente escolar para a prova, buscam orientações junto às Secretarias Municipais de Educação. Estas, entretanto, não possuem muitas informações, buscando mais dados junto à Secretaria Estadual de Educação. Ali, são orientadas que cada unidade escolar de sua rede deve tratar diretamente com a pessoa responsável pela aplicação.

Na terceira edição da Prova Brasil em 2009, muitas instituições de ensino se programaram de forma a minimizar problemas já vivenciados em edições anteriores. Dentre esses problemas pode-se listar a ausência no ambiente escolar de professores de Português e Matemática das séries avaliadas, ou até mesmo do diretor, os quais deveriam preencher os questionários de contexto. Ora, o horário de trabalho do professor segue uma lógica diferenciada, conforme as necessidades da escola uma lógica registrada no seu contrato de trabalho e não dominada nem pelo Ministério nem pelo aplicador. Assim, não é incomum que no exato momento da visita do aplicador tais docentes não estejam na escola.

Outro problema conexo a este é a falta de comunicação entre o aplicador e escola. Uma das causas dessa situação pode ser atribuída ao desconhecimento da escola e seus agentes quanto à sua participação no processo, visto que na informação disponibilizada pelo INEP/MEC há referência apenas de que eles são “convidados” a participar. A interpretação deste *convite* pode ser muita ampla e, portanto, permitir diversos significados.

O INEP/MEC, para a edição de 2009 da Prova Brasil, disponibilizou sucintamente de forma online<sup>2</sup> informações sobre a prova, indicando que o aplicador é um profissional treinado por uma empresa terceirizada e selecionada via processo de licitação. Essa empresa é responsável pela estruturação e organização do processo de aplicação da prova. O INEP tem pouca interferência em sua operacionalização. Constata-se, portanto, a ausência de um agente público que pudesse promover a mediação junto a escolas e sistemas de ensino.

Portanto, as avaliações da Prova Brasil, por sua abrangência e interveniência de diferentes atores (INEP, firma terceirizada, aplicadores, professores, diretores, escolas,

Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Estaduais de Educação, quase todos os municípios do país), constituem um processo bastante complexo. Um dos principais problemas é a ausência de informações claras para equipes escolares e Secretarias Municipais de Educação. Outra característica decorre das múltiplas temporalidades envolvidas no processo: a divulgação da Prova no início do ano e sua aplicação no final do ano; o agendamento descentralizado, realizado diretamente pelo aplicador; as múltiplas escolas que precisam ser percorridas pelo aplicador e os calendários escolares diferenciados de cada estabelecimento de ensino. Neste contexto, iniciativas de Secretarias Municipais de Educação e escolas no sentido de orientarem, se anteciparem e planejarem com antecedência o momento da aplicação por vezes não alcança resultados concretos.

As escolas no intuito de conquistar a qualidade de seu ensino necessitam atingir as metas previstas por estas avaliações, ou enquadrarem-se em programas de suporte e atendimento específico. Neste contexto a escola é ou deverá ter processos eficientes capazes de trabalhar, questionar e assimilar esta sistemática produção de informações, assumindo características cada vez mais operacionais e gerenciais “levando” à superação de problemas como evasão, repetência, desperdício, etc..

Logo é importante a apropriação deste tipo de avaliação, que tem objetivo diferente daquele que refere à avaliação da aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem refere-se ao desempenho dos alunos e concentra-se no processo ensino-aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento. A avaliação institucional, por sua vez, destina-se à avaliação de instituições (como a escola e o sistema educacional), de políticas e projetos. Centra sua atenção nos processos, relações, decisões e resultados das ações (FERNANDES, 2001, p. 41).

Desta maneira a avaliação em larga escala suscita polêmica em meio aos educadores talvez não só por ter objetivo distinto da avaliação pedagógica, mas também por ser um processo de avaliação externo à escola, organizado por instância superior. Entretanto, a articulação de ações entre as instâncias educacionais é necessária ao bom funcionamento dos sistemas de ensino. Uma postura de indiferença a propostas da instância superior por parte das escolas empobreceria o processo de articulação entre as mesmas.

As críticas de professores relativas ao processo de aplicação das provas devem ser interpretadas como um esforço de participação e compreensão do processo, ou seja, para que exista uma cultura de avaliação é necessário compreender - lá enquanto proposta.

Para Libâneo, Oliveira e Toschi:

[...] o vínculo das escolas com o sistema de ensino (Ministério da Educação, Secretarias de Educação, Conselhos de Educação, etc.) decorre da necessária unidade política e administrativa de gestão de um sistema [...] Portanto, **não convém às escolas ignorar o papel do Estado, das Secretarias da Educação e das normas do sistema nem simplesmente subjugar-se às suas determinações** [...] Em síntese, para ser um ativo participante no processo de tomadas de decisão na escola, **o professor precisa conhecer bem a estrutura e a organização do ensino, as políticas educacionais e as normas legais**, [...] Essas são as condições indispensáveis para que os sujeitos-professores não sejam tutelados pelas decisões externas. Ao contrário, se as aceitarem ou negarem, que façam conscientemente, admitindo também a possibilidade de diálogo com as instâncias superiores (2003, p. 298-299) [grifo nosso].

A discussão quanto ao processo de aplicação da Prova Brasil possibilita tanto maior apropriação da temática quanto a reflexão sobre os encaminhamentos da proposta; professores questionam e refletem sobre os mecanismos que incidem em seu fazer pedagógico, “analisam horizontes”.

É relevante discutir sobre como ocorre o processo de aplicação da Prova Brasil e seus impactos no cotidiano das escolas. A avaliação em larga escala pode assumir novas formas de acordo com o contexto social dos sistemas de ensino.

### **O Processo de Aplicação da Prova Brasil**

O INEP/MEC não realiza a aplicação das provas diretamente por intermédio de seu corpo técnico-administrativo; ao contrário, terceirizou este serviço. Uma empresa é contratada geralmente por licitação, como no caso dos anos 2005, 2007 e 2009 - em 2011 a empresa terceirizada foi contratada por dispensa, ou seja, foi contratada sem processo licitatório. Após a contratação esta empresa fica encarregada de todo o procedimento efetivo da prova, seguindo parâmetros estipulados e supervisionados pelo INEP.

A execução do SAEB e da Prova Brasil 2009 pressupõe a conjugação de esforços de diversos grupos de profissionais. Cabe ao INEP, por meio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB, coordenar e supervisionar nacionalmente a execução das duas avaliações (MEC/INEP, 2009a, p.3).

A empresa vencedora, “a consorciada”, é então responsável por executar as seguintes atividades: constituição de equipes, preparação de instrumentos e materiais, treinamento das

equipes de campo, aplicação dos instrumentos, processamento de dados e análises para a produção de resultados. As equipes são constituídas por quatro grandes grupos com diferentes atribuições:

I - Equipe Central: responsável pelo planejamento e gerenciamento das atividades. Contratadas em níveis macro; II – Equipes de Campo: responsáveis pelo detalhamento do planejamento, monitoramento e execução das aplicações em campo; III - Equipe de Processamento de Dados: responsável pelo processamento dos dados, constituição e análises de consistência das bases; IV - Equipe de Análises para a Produção de Resultados: responsável pela produção dos resultados sobre o desempenho dos alunos e os fatores associados ao desempenho (DAEB/INEP, 2009, p.35).

O nível operacional que corresponde à relação entre avaliação em larga escala e sistema de ensino é, então, realizado pelas equipes de campo. Conforme dados do MEC/INEP (INPE/MEC, 2009b, p. 3), as equipes de campo são agrupadas por ente federado e articuladas da seguinte forma: um coordenador estadual de logística e treinamento, indicado pelo consórcio; **um coordenador local de logística**, indicado pelo consórcio, com ênfase no controle financeiro, entre outras atribuições correlatas à função; **um coordenador local de logística**, indicado pela Secretaria de Estado, com ênfase nos contatos com as escolas, multiplicadores e aplicadores, entre outras atribuições; **um coordenador local de treinamento**, designado pela Secretaria Estadual de Educação.

A estruturação de quatro coordenadores dentro de cada Estado e do Distrito Federal é assim disposta na tentativa de dar agilidade e mobilidade ao conjunto, possibilitando uma interação entre as partes envolvidas, fortalecendo a atuação da consorciada para com as escolas, via parceira com a Secretaria Estadual de Educação.

O gerenciamento da aplicação da Prova Brasil é efetuado pelos coordenadores e equipe nas Secretarias Estaduais de Educação devido à infraestrutura, recursos humanos especializados com experiência em gerenciamento de sistemas de ensino.

A justificativa do INEP para realização das provas em todo o território nacional é legitimada pelo Ministério por regime de parceria com Estados e Municípios, conforme a Portaria nº 149. No entanto a atuação da consorciada conjuntamente com os coordenadores locais, de treinamento e logística indicados pela Secretaria de Estado não é esclarecida na mesma, portanto a Portaria nº 149 não exemplifica a forma legal de atuação e parceria entre funcionários públicos e empresa consorciada.

Os coordenadores de logística estipulados pelo consórcio são responsáveis pelo controle financeiro e pela locação de unidades físicas, denominadas “pólos”. Estes são centros de logística das avaliações, ou seja, locais utilizados para fins de treinamento de aplicadores, armazenamento das provas e estão distribuídos por região de aplicação.

Os coordenadores de logística indicados pela Secretaria de Educação Estadual são responsáveis pela contratação de multiplicadores e aplicadores, coordenação de pessoal e contatos com escolas. A atuação dos coordenadores de logística ocorre na articulação geral do processo bem como em casos mais complexos, nos quais o aplicador e o multiplicador não são capazes de resolver os problemas, como, por exemplo, escolas que não se dispõem de imediato a participar da avaliação.

É de grande relevância a atuação destes coordenadores de logística tanto pela possibilidade de administração do processo quanto pela experiência que possuem ao dialogar com as escolas. Portanto, parte importante da organização gerencial da aplicação da Prova Brasil ocorre no âmbito administrativo dos sistemas de ensino das unidades da federação.

A Prova Brasil é viabilizada pela articulação de ações de maneira a coletar dados, concomitantemente, em todo o território nacional. A atuação em parceria da consorciada com as Secretarias Estaduais é positiva, visto que Secretarias Municipais de Educação ficam afastadas de todo o processo.

As Secretarias Municipais de Educação permitem que as escolas de sua rede participem da avaliação. Enquanto mantenedoras, elas poderiam contribuir para a organização das suas unidades escolares tanto no recebimento da avaliação como na mobilização da rede para acolher uma avaliação externa. O encargo financeiro<sup>3</sup> pode ser uma das justificativas para que o processo não ocorra de forma participativa, envolvendo as Secretarias Municipais de Educação, pois o custeio com a constituição de equipes de campo seria mais elevado.

A seguir, elencamos várias características do processo que podem esclarecer a respeito da natureza dos problemas enfrentados.

A aplicação da prova é planejada seguindo especificações sobre o número de profissionais necessários para a concretização do processo, requisitos de escolaridade de tais profissionais, cronograma de execução e normas instrumentais/procedimentais.

O número de multiplicadores é estipulado a partir do número de aplicadores necessários para cobrir todas as escolas de cada região. A média estimada é 15 aplicações de prova para um aplicador no período determinado. Em média 15 aplicadores ficam sob a supervisão de um multiplicador. Em 2009, o número estimado de multiplicadores para todo o

país foi de 929. Ou seja, aproximadamente 13.935 aplicadores participaram do processo em todo o Brasil.

O multiplicador é responsável por “organizar atividades de campo (contatar diretores, realizar ajustes de horários, etc.); distribuir os instrumentos para os aplicadores; monitorar as aplicações dos instrumentos”. Como requisito o multiplicador deve possuir escolaridade mínima em nível de graduação e experiência comprovada em atividades relacionadas à aplicação de instrumentos no âmbito de avaliações externas.

O aplicador é responsável por “aplicar as provas, responsabilizar-se pela guarda e sigilo dos materiais relativos à avaliação”. Para tanto, a formação mínima requisitada é o antigo 2ª grau “magistério”, e que possua experiência em processos de avaliação externa. A formação do multiplicador e aplicador na área da educação é importante.

A experiência na área auxilia na resolução de situações-problema apresentadas na escola envolvendo a execução das tarefas relativas à avaliação externa. Por exemplo, na impossibilidade de uma escola receber o aplicador em determinado dia, possivelmente um aplicador com maior experiência refletirá sobre as condições do pedido e terá mais facilidade para ponderar os argumentos da escola, refazendo a sua agenda.

Uma das características que leva a remarcações deriva, portanto, da agenda do aplicador que deve efetuar 15 aplicações em uma semana. Geralmente, o aplicador escolhe escolas próximas num mesmo dia, para atendê-las efetuando o menor deslocamento.

Quanto ao agendamento da prova efetuado com pouca antecedência, é caracterizado pela estruturação de cronogramas de execução estipulados pelo MEC e a interveniência de diferentes atores. Entre a data de abertura do Edital e a contratação da consorciada em 2009, passam-se aproximadamente mais de 90 dias<sup>4</sup> destinados à organização, tramitação e interposição de recursos dos concorrentes. A execução de atividades relacionadas à avaliação da Prova Brasil, como constituição de equipes, preparação de material, treinamento de equipes de campo, segue parâmetros definidos pelo contrato de efetivação da consorciada. O cronograma de execução estipula que a contratação dos multiplicadores deve ser realizada até 30 dias após a assinatura do contrato e, até 60 dias após, a dos aplicadores. Ora, da forma como é estipulado no cronograma de execução, há no máximo três meses para estruturação e aplicação da Prova Brasil. Pela quantidade de pessoas envolvidas e extensão da tarefa, este tempo pode não ser suficiente para bem organizar o trabalho e principalmente interagir com a escola, considerando também as temporalidades e calendário destas.

O cronograma de execução prevê o treinamento dos aplicadores para duas semanas antes da aplicação da prova. Pelo prazo evidenciado do treinamento do aplicador, pode-se

perceber que não há possibilidade de antecipação do contato do aplicador com as escolas. O treinamento dado ao aplicador segue critérios identificados em um manual, os quais em geral são de ordem instrumental e procedimental:

Ter consigo relógio, tesoura e fita adesiva no momento da aplicação; avisar que no dia da aplicação a escola deve ajustar o horário da merenda e recreio para antes ou depois da prova; solicitar a permanência em sala de aula de um professor da turma, durante a aplicação... (MEC/INEP, 2009a, p. 3).

O treinamento do aplicador inclui conhecimentos tais como o preenchimento de um formulário de controle para caracterizar problemas. Um dos problemas que podem ocorrer é quando o número de alunos constantes no formulário de controle é divergente do número de alunos registrados no Diário de Classe.

Problemas com número de provas excedentes, assim como inexistentes, em grandes quantidades decorrem da má informação do Censo Escolar. Grandes problemas advêm da alimentação incorreta de dados, chegando a turmas inexistentes ou, ao contrário, não inserindo matrículas quando efetivamente existem. Para o MEC/INEP, o dado informado é fato. O aplicador terá o número de provas disponíveis conforme dados do Censo Escolar. Logo, as provas com os nomes dos alunos, de certa forma, servem para verificar falhas no processo de contabilização da população escolar brasileira. Nesta situação, as Secretarias Municipais de Educação poderiam agilizar a disponibilização de provas, o que, entretanto, é realizado pela Secretaria Estadual de Educação. Concordando com Vieira (2007), afirmamos, com base na discussão apresentada, que os processos de gestão escolar e de gestão educacional nem sempre são convergentes, o que ainda pode ser acentuado com a terceirização de serviços: “Por vezes existem problemas de comunicação acerca das responsabilidades de cada parte entre os integrantes da gestão educacional e os da gestão escolar” (VIEIRA, 2007, p. 63). Ora,

a gestão educacional refere-se a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governo, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino, ou de outras ações que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação. A gestão escolar, por sua vez, como a própria expressão sugere, situa-se no plano da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência (VIEIRA, 2007, p. 63).

A articulação de ações entre a esfera da escola e a das diretrizes e procedimentos de políticas de avaliação em larga escala é um grande desafio. As múltiplas e diferenciadas temporalidades dos processos envolvidos na avaliação em larga escala constituem um problema importante, que traz uma complexidade muito grande para a comunicação entre os agentes envolvidos. As escolas além de conviverem com esta sistemática de avaliações as escolas precisam conviver com as pressões dela decorrentes. A avaliação orientada a resolver os problemas das redes de ensino baseia-se em pressupostos de avaliar para movimentar os sistemas de gestão educacional em busca melhores condições de oferta de ensino. Portanto o diálogo entre os diferentes níveis de gestão é um enfrentamento necessário frente às atuais propostas das políticas educacionais.

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: [http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6&Itemid=6](http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=6). Acesso em: 15 de julho de 2010.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: [http://provabrazil2009.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=137&Itemid=200](http://provabrazil2009.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=200). Prova Brasil 2009: saiba tudo. Acesso: 02 nov. 2009.

<sup>3</sup> O custeio financeiro previsto pelo MEC/INEP no Edital de Concorrência (Nº3/2009 –DAEB/INEP) da Prova Brasil em 2009 quantificava um valor R\$ 80.479.134,55 (oitenta milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), dos quais destinam-se R\$ 43.542.096,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e noventa e seis reais) à **constituição das equipes**. Ressalta-se que o **valor global** efetivo em proposta da empresa vencedora da concorrência é R\$ 47.902.544,49 (quarenta e sete milhões, novecentos e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), conforme ata da sessão de avaliação das propostas de preço e atribuição de notas, Processo Nº 23036.000217/2009-54 MEC/INEP, Comissão Especial de Licitação.

<sup>4</sup> Abertura do processo de concorrência conforme Portaria nº 102, datada de 15 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 18 de maio de 2009. Data de efetivação da obtenção da concorrência pela consorciada, conforme aviso de homologação e adjudicação: Concorrência Nº 3/2009 – DAEB/INEP, datada de 09 de setembro de 2009. Data da Aplicação da Prova Brasil em 2009 ocorreu na terceira semana de novembro, de 16/11/2009 a 20/11/2009.

## Referências

DAEB/INEP. Edital Concorrência – Nº 03/2009 – Técnica e Preço. **ANRESC (Prova Brasil) e ANEB – 2009**. Disponível em: [http://www2.inep.gov.br/download/institucional/licitacoes/2009/Concorrenca\\_03.pdf](http://www2.inep.gov.br/download/institucional/licitacoes/2009/Concorrenca_03.pdf). Acesso: 02 nov. 2009.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola: Base teórica e construção do projeto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC/INEP. **Manual dos Aplicadores**: Saeb, Prova Brasil 2009. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Manual dos Multiplicadores**: Saeb, Prova Brasil 2009. 2009b.

---

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. 2ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

INEP. **Portaria nº 149, de 16 de junho de 2011**. Brasília: DF, 2011. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/legislacao/2011/portaria\\_n149\\_16062011\\_prova\\_brasil.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2011/portaria_n149_16062011_prova_brasil.pdf). Acesso em: 01 set. 2011.

VIEIRA. Sofia Lerche. Política e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE: Revista Brasileira de Política e administração da educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 53-69, 2007.